

PARECER JURÍDICO Nº. 07 /2021

PROCURADORIA MUNICIPAL

Interessado(a): Comissão Permanente de Licitação.

Assunto: formação da ata de registro de preço, mediante processo de licitação na modalidade pregão eletrônico, para contratação de empresa para fornecimento de materiais de higiene pessoal (absorvente higiênico normal e noturno) para atender as necessidades das unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.

Natureza: Consulta

Ementa: formação da ata de registro de preço, mediante processo de licitação na modalidade pregão eletrônico, para contratação de empresa para fornecimento de materiais de higiene pessoal para atender as necessidades das unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação. Serviço comum. Licitação na modalidade pregão. Possibilidade jurídica. Análise da questão à vista dos preceitos contidos na Lei nº 8666/93, Lei 10520/2002, no Decreto nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 16/2018 e Decreto Municipal nº 46/2018.

RELATÓRIO

Instada à manifestação desta Procuradoria a respeito de consulta realizada pela Comissão Permanente de Licitação referente à abertura da ata de registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de materiais de higiene pessoal (absorvente higiênico normal e noturno) para atender as necessidades das unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.

É o breve relatório.

Passo a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição da República prevê em seu artigo 37, inciso XXI que, salvo exceções previstas em lei, a administração pública deve efetuar suas compras mediante processo de licitação, observando, portanto, os princípios da impessoalidade, isonomia, moralidade e da legalidade que norteiam o ente público na condução de suas atividades de eminente interesse público.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O artigo 15 da Lei 8666/93, por sua vez, estabelece que, sempre que possível, as compras realizadas pela Administração Pública serão feitas mediante ata de registro de preço, que será regulamentada através de decreto.

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

[...]

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

[...]

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

A ata de registro de preços, no âmbito do Município de Gravata, é regulamentada pelo Decreto Municipal nº 016/2018.

Nesse sentido, oportuno destacar que o sistema de registro de preços pode ser utilizado nos casos previstos no artigo 3º do Decreto Municipal nº 16/2018.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Ressalta-se que a abertura da Ata de Registro de Preços gera maior eficiência administrativa e reduz o número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro, possibilitando um melhor controle orçamentário.

Demais disso, o edital de licitação para registro de preços deve observar o disposto na Lei nº 8666/93 e na Lei 10.520/2002 e contemplar, no mínimo, os requisitos previstos no artigo 9º do Decreto Municipal nº 16/2018, a saber:

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços [...] contemplará, no mínimo:

- I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;
- III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;
- IV - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;
- V - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no **caput** do art. 12;
- VI - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

VIII - penalidades por descumprimento das condições;

IX - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

X - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

A licitação para registro de preços pode ser realizada na modalidade concorrência ou na modalidade pregão e deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado. É o que se depreende do artigo 7º do decreto municipal nº 16/2018.

O caso em tela se refere à contratação de empresa para fornecimento de materiais de higiene pessoal (absorvente normal e noturno) para atender as necessidades das unidades de ensino vinculadas à Secretaria de Educação do Município de Gravata, mediante processo licitatório na modalidade pregão eletrônico.

A contratação de empresa para o fornecimento do material de higiene, conforme a justificativa expressa no Termo de Referência em anexo, mostra-se necessária, diante da constatação de que muitas estudantes que menstruam sofrem com a falta de acesso aos insumos básicos, objetos desta licitação.

A oferta de absorventes a essas estudantes, matriculadas na rede municipal de ensino, garantirá, então, o acesso ao material de higiene e a própria frequência escolar, sendo, portanto, de fundamental importância.

O objeto licitado é considerado comum, ou seja, aquele cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo edital e por meio de especificação usual de mercado.

Sendo assim, por se tratar de aquisição de bem comum, o pregão eletrônico é a modalidade que melhor se adequa ao caso em exame. É o que se infere dos artigos 2º e 4º do Decreto Municipal nº 46/2018, que trata do Pregão Eletrônico no âmbito do Município de Gravata.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for efetuada à distância em sessão pública, por meio de sistema ou promova a comunicação pela internet.

§1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 4º. Para aquisição de bens e serviços comuns será adotada preferencialmente a modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Ainda, importante observar que a licitação na modalidade pregão encontra respaldo no ofício circular 001/2020 TCE-MPCO, que recomendou a realização de procedimento licitatório mediante modelagem eletrônica em razão da pandemia ocasionada pela Covid-19.

No mais, insta firmar que a fase preparatória do Pregão deve atender às exigências legais previstas no artigo 9º do Decreto Municipal nº 46/2018.

Art. 9º Na fase preparatória do Pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I- Definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a sua realização;

II- Elaboração do Termo de Referência pelo órgão requisitante, assinado e datado pela autoridade competente devidamente identificada, contendo a indicação do objeto na forma do inciso anterior e todas as demais informações pertinentes e necessárias à elaboração do edital;

III- Apresentação de justificativa da necessidade da aquisição pretendida;

IV- Elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V- Definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração.

O edital, por seu turno, atende aos preceitos legais insculpidos no artigo 40 da Lei 8666/93.

Por fim, ressalta-se que a estimativa de preços para a formação da ata baseou-se em cotações, sendo compatíveis com os preços usuais de mercado, além de que as despesas decorrentes de eventual contratação possuem dotação orçamentária própria, previstas no orçamento da Secretaria de Educação do Município de Gravata-PE, conforme informações prestadas pela respectiva secretaria.

Registre-se, ademais, que a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração Pública e a empresa vencedora do certame licitatório observou os preceitos contidos nos artigos 54 e 55 da Lei 8666/93.

De todo o exposto, estando a documentação em consonância com os preceitos legais contidos no Decreto 46/2018 e nas demais legislações aplicáveis ao caso em exame, é razoável a contratação de empresa para fornecimento de materiais de higiene pessoal (absorvente higiênico normal e noturno) para atender as necessidades das unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, mediante processo licitatório na modalidade pregão eletrônico.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, analisando o objeto da consulta à luz da Lei 8666/93 e Decreto Municipal 46/2018, **opino pela possibilidade da formação da ata de registro de preços, mediante licitação da modalidade pregão eletrônico, para contratação de empresa para fornecimento de materiais de higiene pessoal (absorvente higiênico normal e noturno) para atender as necessidades das unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.**

É o parecer s. m. j.

Gravatá (PE), 14 de janeiro de 2021.


Julia Suassuna de Albuquerque Wanderley
Procuradora Municipal


Brasílio Antônio Guerra
Procurador Geral do Município